



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Nº. 346 de 03 de fevereiro de 2009
ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PEDRO AUGUSTO LISBOA-PREFEITO
ANO VI - Nº. 101 - PASSA E FICA/RN, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LEI Nº 448, DE 17 DE JUNHO DE 2015*

"Aprova o Plano Municipal de Educação de Passa e Fica/RN, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSA E FICA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica aprovado, na forma estabelecida no Anexo Único desta Lei, o Plano Municipal de Educação de Passa e Fica/RN.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Aryam da Cunha Lima, em Passa e Fica/RN, 17 de junho de 2015; 53º da Emancipação Política.

PEDRO AUGUSTO LISBÔA
PREFEITO MUNICIPAL

*Repblicada por incorreção.

ANEXO ÚNICO DA LEI 448/2015 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA/RN
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PASSA E FICA - RN

PASSA E FICA - RN
2015

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Nome	Instituição que representa
Antônio Marcos Costa Bacelar.	REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR
Arlindo Soares Bezerra Júnior	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Edilson Miguel dos Santos	REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Elizabete de Lima Souza	REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Gildázio Soares da Silva	REPRESENTANTE DAS ESCOLAS ESTADUAIS
Izélia Regina Cazusa de Oliveira	REPRESENTANTE DAS ESCOLAS ESTADUAIS
Jairo da Silva Lopes	REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR
Júlia Pedro da Cruz Soares	REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Lindemberg Ribeiro dos Santos	REPRESENTANTE DAS CRECHES MUNICIPAIS
Márcio Balbino Cavalcante	REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Maria Célia Pereira da Silva	REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR
Maria da Silva Cruz Cláudio	REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Maria das Graças Belo Cerino	REPRESENTANTE DOS DIRETORES MUNICIPAIS
Marilêide de Lima Sousa do Ó	REPRESENTANTE DOS DIRETORES MUNICIPAIS
Marizete Balbino de Oliveira	REPRESENTANTE DAS CRECHES MUNICIPAIS
Maria Aparecida da Silva Belo	REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rafaela Raimundo dos Ramos	REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR
Theone Vicente Balbino	REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 073/2014-GP DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Passa e Fica, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais no que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei nº 293/2003, que cria o Plano Municipal de Educação do Município de Passa e Fica/RN

RESOLVE:

Art. 1º Recompôr a Comissão instituída pela Portaria nº 056/2014-GP, de 28 de julho de 2014 para, sob a Coordenação Geral da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, elaborar o Plano Municipal de Educação do Município de Passa e Fica/RN.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos seguintes Membros e Representações:

I) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Arlindo Soares Bezerra Júnior

II) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Edilson Miguel dos Santos

Márcio Balbino Cavalcante

III) REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Alexandro Félix Cordeiro

Maria Aparecida da Silva Belo

IV) REPRESENTANTES DOS DIRETORES MUNICIPAIS

Maria das Graças Belo Cerino

Marilêide de Lima Sousa do Ó

V) REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR

Maria Célia Pereira da Silva

Rafaela Raimundo dos Ramos

VI) REPRESENTANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS

Gildázio Soares da Silva

Izélia Regina Cazusa de Oliveira

VII) REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Antônio Marcos Costa Bacelar

Jairo da Silva Lopes

VIII) REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Júlia Pedro da Cruz Soares

Maria da Silva Cruz Cláudio

IX) REPRESENTANTE DAS CRECHES MUNICIPAIS

Lindemberg Ribeiro dos Santos

Marizete Balbino de Oliveira



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 02 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



X) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizabete de Lima Souza

XI) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

Theone Vicente Balbino

Art. 3º Compete a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação:

I - Elaborar o Plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento ao ensino obrigatório; a melhoria da qualidade de ensino; a formação humanística, científica e tecnológica; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola, do aluno de ensino fundamental;

II - Propor e realizar debates junto a Sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III - Apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Aryam da Cunha Lima, em Passa e Fica, 21 de outubro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

Pedro Augusto Lisboa

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Everaldo Bezerra Guedes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Arlindo Soares Bezerra Júnior

Sumário:

1. Apresentação	9
2. Introdução	9
3. Identificação do município	10
3.1. Denominação: Passa e Fica	10
3.2. Tabela nº 01: Dados gerais	10
4. Criação	10
5. Evolução histórica	10
6. Urbanização	11
7. Limites históricos	11
8. Caracterização Física	11
9. Coordenadas Geográficas	12
10. Região Fisiográfica	12
11. Aspectos Populacionais	12
11.1. Características gerais da população	12
11.2. Tabela nº 2: taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010	13
11.3. Tabela nº 3: População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010	13
12. Perfil social	14
12.1. Tabela nº 3: Proporção de domicílio com acesso a rede de abastecimento de água, a coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010	14
13. Aspectos econômicos	14
13.1. Tabela nº 4: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010	14
13.2. Tabela nº 5: Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado - 2005 a 2010	15
14. Produção Agropecuária	15
14.1. Tabela nº 6: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município - 2011	15
14.2. Tabela nº 7: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município	16
14.3. Tabela nº 8: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) - 2011	16
15. Agricultura Familiar	16
15.1. Tabela nº 8: Declaração de Aptidão ao Pronaf	17
16. Mercado de trabalho	17
16.1. Tabela nº 9: Admitidos e desligados no Município entre 2004 e 2010	17
16.2. Tabela nº 10: Taxa de desemprego por área selecionada - 2010	18
16.3. Tabela nº 11: Pessoas ocupadas por posição na ocupação - 2010	18
16.4. Tabela nº 12: distribuição dos postos de trabalhos formais por setor de atividades no Município em 2004 e 2010	19
16.5. Tabela nº 13: Admitidos e desligados no Município - 2005 a 2012	19
17. Aspectos Sociais	20
17.1. Pobreza e Transferência de Renda	20
17.2. Tabela nº 14: Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família - 2006 a 2013	20
18. Assistência Social	21
18.1. Tabela nº 15: Evolução da quantidade de beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário - 2004 a 2013	21
18.2. Tabela nº 16: Atendimento no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - 2012	21
19. Inclusão Produtiva	22
19.1. Tabela nº 17: Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único - 2012 e 2013	22
19.2. Tabela nº 18: Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município - 2012	22
20. Saúde	23
20.1. Tabela nº 19: Distribuição das principais causas de morbidade hospitalar do município - 2012	23
20.2. Tabela nº 20: Distribuição das 3 (três) principais causas externas de óbito, por tipo de causa - 2005 e 2010	23
20.3. Tabela nº 21: Percentual de domicílio da área urbana com acesso à rede de abastecimento de água, à coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado - 2010	24
21. Aspectos de Gestão Municipal	24
21.1. Finanças públicas	24
21.2. Tabela 21: Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município - 2011	24
22. Recursos Humanos	25
22.1. Tabela nº 21: Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo - 2015	25
22.2. Tabela nº 22: distribuição percentual das cinco maiores despesas do município	25
23. Tabela 23. Evolução do IDH-M	26
24. Educação	26
24.1. Tabela nº 24: Quantidade de crianças atendidas na rede educacional	26
Tabela nº 25: Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 2009 a 2011	26
24.3. Tabela nº 26: IDHM da Educação	27
24.4. Tabela nº 27: Escolas da educação Infantil por dependência administrativa - 2015	27
24.5. Tabela nº 28 Crianças que frequenta a escola	27
24.6. Tabela nº 30 Escolas do Ensino Fundamental por dependência administrativa - 2015	28
24.7. Tabela nº 31: Escolas do Ensino Médio por dependência administrativa	28
24.8. Tabela nº 32: População que frequenta e não frequenta a escola	28
24.9. Tabela nº 33: Infraestrutura das escolas públicas	29
24.10. Taxa de Rendimento por Etapa Escolar	30
25. METAS A SEREM ALCANÇADAS PELO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA-RN NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	32
25.1. META 1. Educação Infantil	32
25.2. Meta 2. Ensino Fundamental de 09 anos	33
25.3. Meta 3. Ensino Médio	35

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 03 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



25.4. Meta 4. Educação Especial Inclusiva.....	36
25.5. Meta 5. Alfabetizar crianças em idade escolar regular.....	37
25.6. Meta 6. Educação em Tempo Integral.....	39
25.7. Meta 7. IDEB.....	40
25.7.1. Último IDEB observado.....	40
25.8. Meta 8. Elevação da escolaridade da população de 18 a 29 anos.....	42
25.9. Meta 9. Alfabetização de adultos.....	43
25.10. Meta 10. EJA integrado à Educação Profissional- Ensino Fundamental.....	44
25.11. Meta 11. Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....	45
25.12. Meta 12. Ensino Superior.....	45
25.13. Meta 13. Qualidade do Ensino Superior.....	46
25.14. Meta 14. Pós-Graduação: titulação anual.....	47
25.15. Meta 15. Formação inicial de professores.....	47
25.15.1. Tabela nº34 : Quantidade de professores só com o Magistério.....	47
25.16. Meta 16. Formação continuada de professores.....	48
25.17. Meta 17. Valorização salarial dos docentes.....	49
25.18. Meta 18. Plano de Carreira para os Profissionais da educação.....	49
25.19. Meta 19: gestão democrática.....	49
25.20. Meta 20. Percentual de investido em Educação.....	50
25.20.1. Tabela nº 35 Recursos do município na Educação.....	51
26- Do acompanhamento do PME nos próximos 10 anos.....	51
27- Referenciais.....	51

1. APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação partiu da reunião de ideias e esforços de várias instâncias de reflexão, tendo como pressuposto uma metodologia participativa e democrática, o que é algo fundamental dentro de um processo de estruturação educacional voltada para o sucesso.

É um plano para o decênio 2015–2025, que se constitui em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para aperfeiçoar a participação cidadã, a gestão democrática, o financiamento da educação, a atualização do currículo, a valorização dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade social, pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

O desafio é operacionalização de um Plano Municipal de Educação, flexível e aberto às inovações, que possibilite uma construção educacional a partir das diversidades de concepções e práticas educacionais.

2. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 determina que compete aos estados e municípios, articuladamente, implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação (PDE), e desdobramentos, de acordo com suas especificidades e características regionais e locais.

O Plano municipal de Educação de Passa e Fica/RN-PME é resultado de uma construção coletiva envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes e metas para a educação do município nos próximos dez (10) anos, a partir do contexto regional com norteamentos nacional da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

O PME originou-se do Plano Nacional de Educação – PNE, LEI Nº 13.005, DE 25 JUNHO DE 2014, a qual determina que a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do PNE, cada município construa o seu plano de educação em um (01) ano após a sua aprovação.

O município de Passa e Fica concebeu um documento sério, e está pronto para encarar o futuro, sempre buscando atender os anseios da população e sendo coerente com toda conjuntura social, política e cultural do município e do país.

O PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino do município de Passa e Fica/RN.

3. Identificação do município:

3.1. Denominação: Passa e Fica

3.2. Tabela nº 01: Dados gerais:

Área	42,38 km ²
IDHM2010	0,606
Faixa do IDHM	Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)
População	11100 hab.
Densidade demográfica	262,18 hab/km ²
Ano de criação	1962
Microrregião	Agreste Potiguar
Mesorregião	Agreste Potiguar

<http://www.atlasbrasil.org.br>

4. Criação:

Elevado à categoria de município com a denominação Passa e Fica pela lei estadual nº 2782, de 10-05-1962, desmembrado de Nova Cruz. Sede no atual distrito de Passa Fica. Constituído do distrito sede.

5. Evolução histórica:

No ano de 1929, num território desabitado, localizado à beira da estrada que liga Nova Cruz a Serra de São Bento, Daniel Laureano de Souza construiu sua casa, e assim deu início a um povoado. Foi na sua própria casa que ele montou uma pequenabodega e passou a bancar jogos, vender aguardente aos que por ali passavam. O pequeno negócio tornou-se conhecido de todos, que ao passarem pela estrada eram atraídos a entrar na bodega e não queriam mais sair. Ao longo do tempo o pequeno empreendimento de Daniel Laureano, que começou de maneira improvisada, tomou influência pelas redondezas, dando origem a um pequeno núcleo populacional ao seu redor. Contam que um dos moradores da área, Antônio Luiz Jorge de Oliveira, conhecido como Antônio Lulu, para justificar o sucesso da bodega, dizia que aquele lugar era o passa e fica, e assim surgiu o nome Passa e Fica. Em suma, a origem do nome do município está ligado primeiramente a existência fazenda Passa e Fica e posteriormente, a instalação da famosa hospedaria. Em curto espaço de tempo, em torno da fazenda, da hospedaria e do posto fiscal.

6. Urbanização:

O espaço geográfico compreendido como palco das atividades humanas, é produto das relações que se estabelecem entre o homem e o meio natural. E a partir destas relações estabelecidas, surgem os "aglomerados humanos", tidos como representação da cidade, esse ambiente reflete, sobretudo, uma complexa e dinâmica interação entre os processos históricos, sócio-econômicos e ambientais (CAVALCANTE, 2009). Diante desse contexto, o processo de urbanização do município de Passa e Fica esteve atrelado primeiramente a distrito do município potiguar de Nova Cruz, com sua emancipação elevou-se a município em 05 de maio de 1962. Nos dias atuais, está em pleno desenvolvimento urbano, como grande parte dos municípios brasileiros.

7. Limites históricos:

O município de Passa e Fica tem limites ao norte com o município de São José do Campestre/RN e Lagoa d'Anta/RN; ao sul: Tacima/PB; ao leste: os municípios de Nova Cruz/RN e Lagoa d'Anta/RN; e a oeste: Serra de São Bento/RN.

8. Caracterização Física:

O município de Passa e Fica situa-se em zona fisiográfica de caatinga, localizado na Mesorregião do Agreste Potiguar, está inserido na Microrregião do agreste Potiguar. Passa e Fica possui uma área territorial de 43 Km² e está localizada numa altitude de 189 metros. A Sede do município tem uma altitude média de 189 m, está distante 155 km de João Pessoa - PB, 148 km de Campina Grande - PB e 105 km de Natal - RN, Capital do Estado.

9. Coordenadas Geográficas:

Passa e Fica está localizada entre os paralelos: 6º 26' 09" de Latitude Sul e entre os meridianos 35º 38' 35" de Longitude Oeste.

10. Região Fisiográfica:

O clima de Passa e Fica é semi-árido, quente e seco, segundo a classificação de Köppen, com estação chuvosa curta entre os meses de março a julho, adiantando-se para o outono. Seu índice pluviométrico é de 719,1 mm/ano. Possui temperaturas médias que variam de 26 °C a 32 °C, e Umidade Relativa Média Anual de 72%. Geologicamente o município de Passa e Fica - RN caracteriza-se por dois tipos de terrenos: O Embasamento Cristalino do Complexo Serrinha - Pedro Velho e as coberturas Colúvio-eluviais.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 04 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Uma dos principais resquícios do Planalto da Borborema em nosso município é a Serra dos Cocos, localizada na porção Oeste do município de Passa e Fica (CPRM, 2005). O município está inserido na bacia hidrográfica do Curimataú e na microbacia do Rio Calabouço, este é um dos principais afluentes do Rio Curimataú e importante manancial hídrico para os municípios da região (CAVALCANTE, 2006). De acordo com a IBGE (1996, p.117) a vegetação predominante no município é a Savana Estépica nordestina - Caatinga, de característica Hipoxerófila, vegetação de clima semiárido, apresenta as seguintes espécies vegetais: catingueira, angico, braúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru, umbuzeiro, aroeira, entre outras. Este bioma exclusivamente brasileiro vem sofrendo forte intervenção humana no tocante ao fornecimento de madeira e lenha para o uso humano, para a criação do gado e plantios agrícolas (CAVALCANTE, 2009).

11. Aspectos Popacionais:

11.1. Características gerais da população:

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 2,93% ao ano, passando de 8.312 para 11.100 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,35% ao ano, e superior a cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.

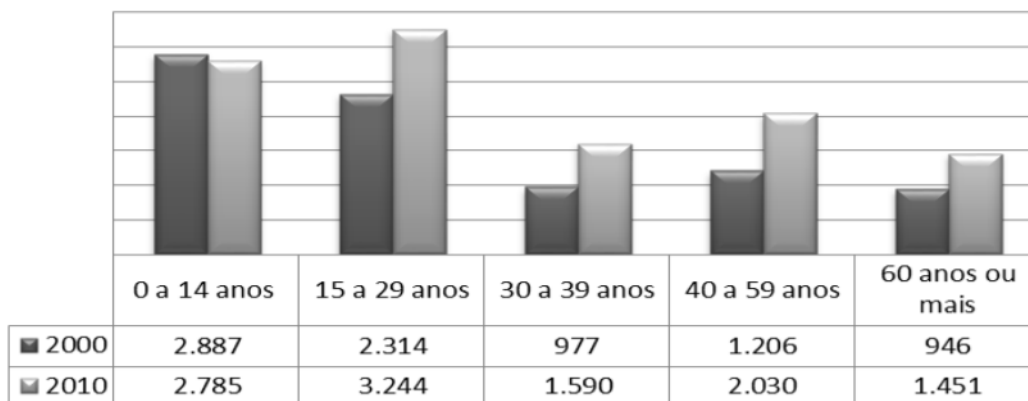
11.2. Tabela nº 2: taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 53,97% e em 2010 a passou a representar 60,86% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 4,4% em média. Em 2000, este grupo representava 11,4% da população, já em 2010 detinha 13,1% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,4% ao ano). Crianças e jovens detinham 34,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.887 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,1% da população, totalizando 2.785 habitantes.

11.3. Tabela nº 3: População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010:



FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

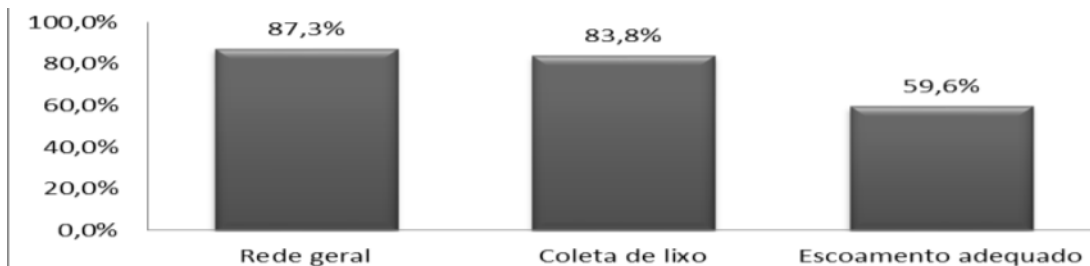
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 4,32% ao ano), passando de 4.497 habitantes em 2000 para 6.864 em 2010. Em 2010, este grupo representava 61,8% da população do município.

Considerando os dados do Censo 2010, a taxa de crescimento do município foi de 4,27%, considerada ótima dentro dos parâmetros do Estado do Rio Grande do Norte. Segue abaixo a evolução populacional do município.

12. Perfil social:

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 83,8% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 87,3% dos domicílios particulares permanentes e 59,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

12.1. Tabela nº 3: Proporção de domicílio com acesso a rede de abastecimento de água, a coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010.



FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

O município continua investindo para alcançar os 100% (por cento) nos três requisitos do quadro acima.

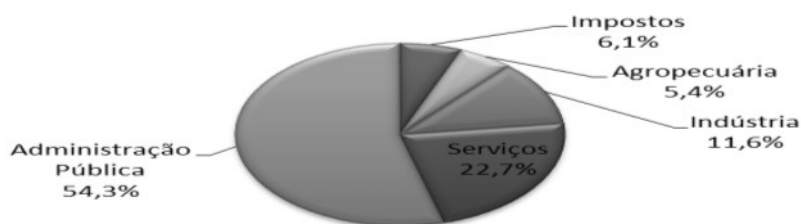
13. Aspectos econômicos:

13.1. Tabela nº 4: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município- 2010

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



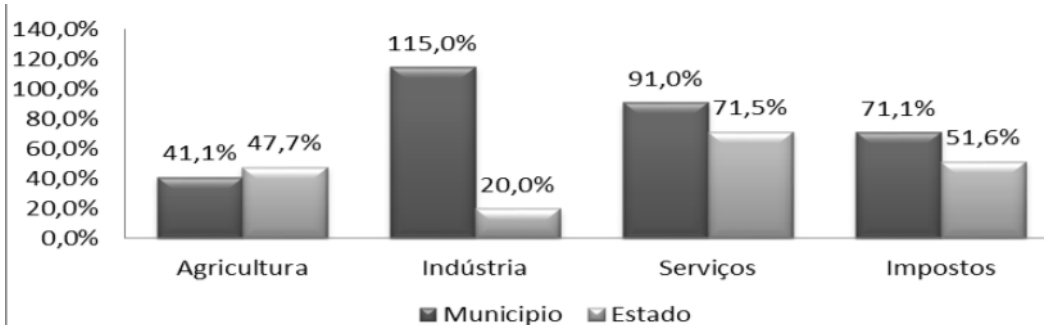
PÁGINA 05 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Fonte: IBGE

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 87,6%, passando de R\$ 25,6 milhões para R\$ 48,1 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 56,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,14% para 0,17% no período de 2005 a 2010.

13.2. Tabela nº 5: Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010.

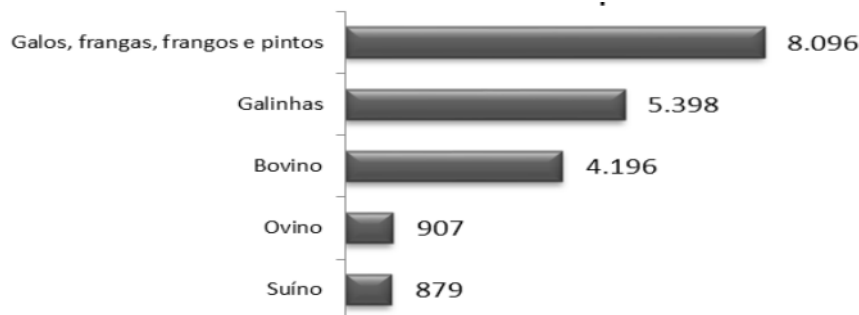


Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 72,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 14,3% em 2010, contra 12,5% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 12,5% em 2005 para 17,6% em 2010.

14. Produção Agropecuária

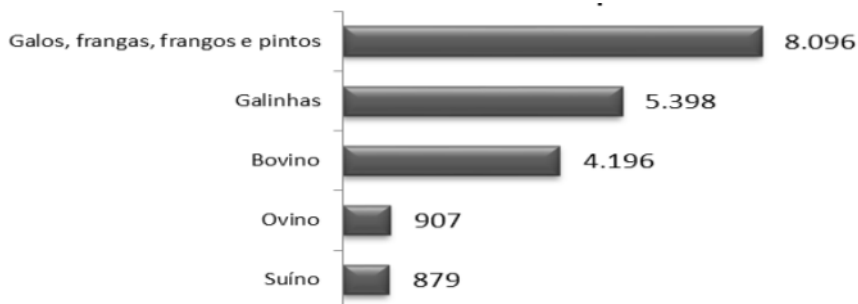
14.1. Tabela nº 6: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011.



Fonte: IBGE

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico acima.

14.2. Tabela nº 7: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município.



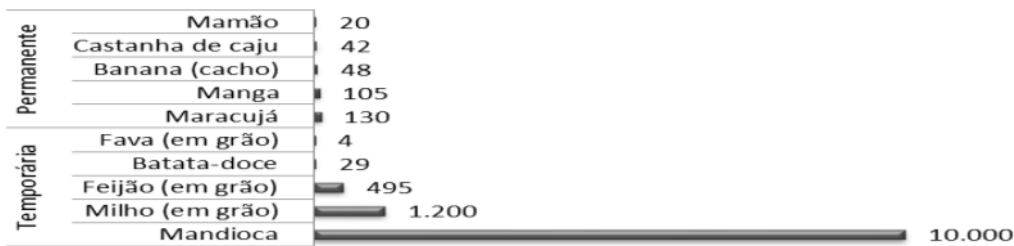
Fonte: IBGE

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

14.3. Tabela nº 8: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 06 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Fonte: IBGE

15. Agricultura Familiar

O município possuía 477 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 90% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 38% da área, ocupavam 81% da mão-de-obra do setor e participavam com 75% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 773 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil: Quantidade de agricultores cadastrados com DAP:

15.1. Tabela nº 8: Declaração de Aptidão ao Pronaf

Município	773
Estado	126.806
Brasil	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

16. Mercado de trabalho:

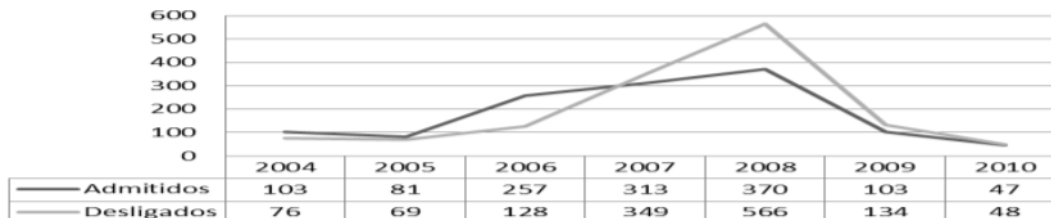
O mercado de trabalho formal do município apresentou em apenas três anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas perdidas neste período foi de -84. No último ano as admissões registraram 47 contratações contra 48 demissões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 764 postos, 58,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 36,6% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 526 postos de trabalho, seguido pelo setor de Indústria de Transformação com 89 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 80,5% do total dos empregos formais do município.

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 61,95% em 2004 para 68,85% em 2010) e Comércio (de 4,16% para 6,68%). A que mais perdeu participação foi Construção Civil de 14,97% para 9,29%.

16.1. Tabela nº 9: Admitidos e desligados no Município entre 2004 e 2010.

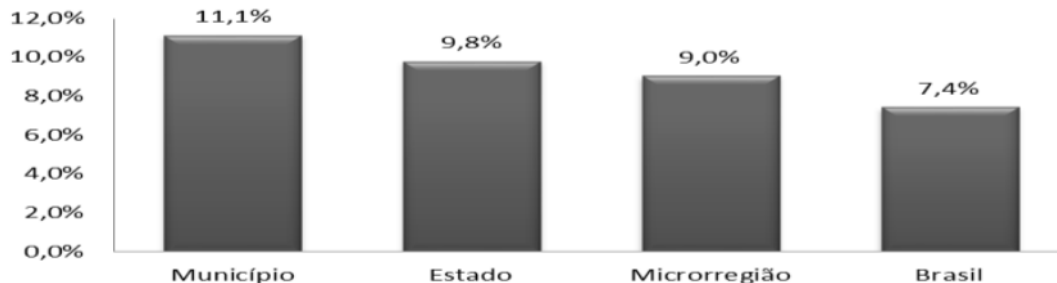


Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/TEM

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.707 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 4.153 estavam ocupadas e 553 desocupadas. A taxa de participação ficou em 50,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 11,7%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

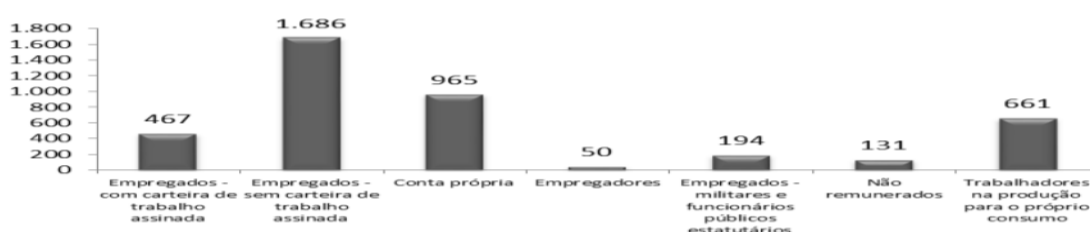
16.2. Tabela nº 10: Taxa de desemprego por área selecionada - 2010



Fonte: IBGE

Comparando as taxas de desemprego entre Município, Microrregião, Estado e o Brasil, nota-se que o município de Passa e Fica apresenta uma taxa maior do os demais.

16.3. Tabela nº 11: Pessoas ocupadas por posição na ocupação - 2010



Fonte: IBGE

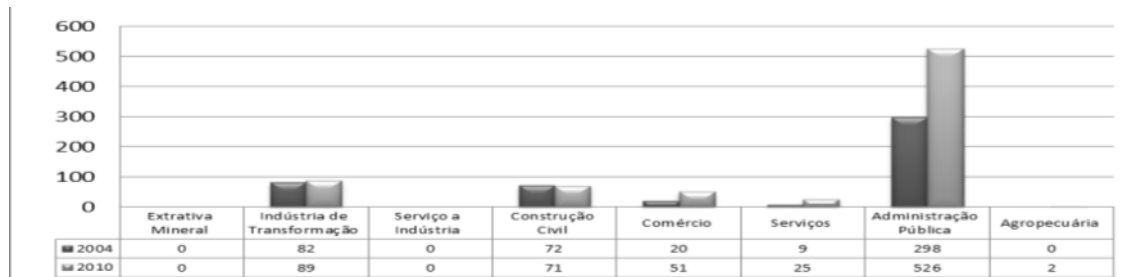
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 07 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 11,2% tinham carteira assinada, 40,6% não tinham carteira assinada, 23,2% atuam por conta própria e 1,2% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,7% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 19,1% dos ocupados.

16.4. Tabela nº 12: distribuição dos postos de trabalhos formais por setor de atividades no Município em 2004 e 2010.

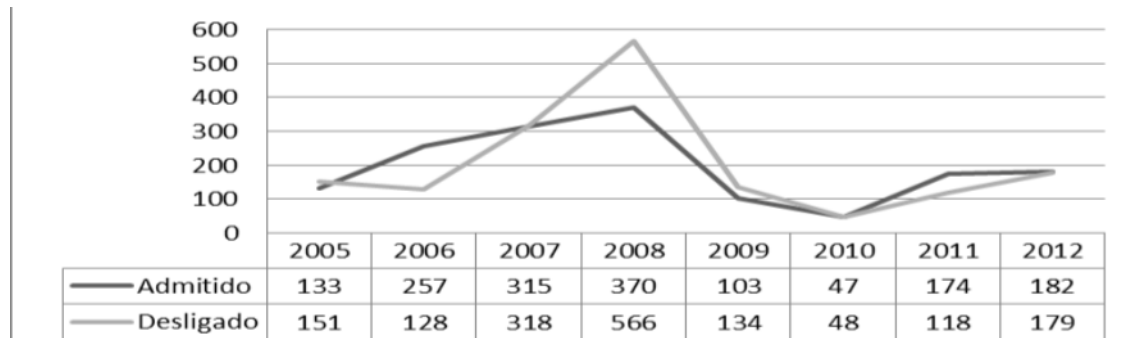


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/TEM

Das pessoas ocupadas, 25,6% não tinham rendimentos e 84,3% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 508,38. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 572,26 e entre as mulheres de R\$ 448,68, apontando uma diferença de 27,54% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 61. No último ano, as admissões registraram 182 contratações, contra 179 demissões.

16.5. Tabela nº13: Admitidos e desligados no Município – 2005 a 2012.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM)

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 764 postos, 58,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 36,6% no mesmo período.

Para saber mais acerca da temática do mercado de trabalho do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

17. Aspectos Sociais

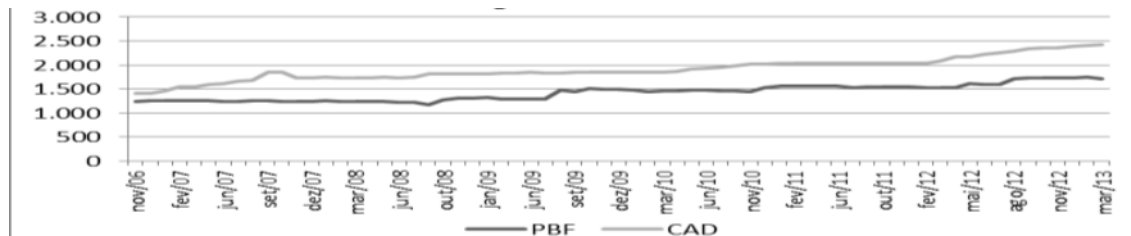
17.1. Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 11.100 residentes, dos quais 2.365 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 21,3% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 1.163 (49,2%) viviam no meio rural e 1.202 (50,8%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utilizam as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele prevê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 2.427 famílias registradas no Cadastro Único e 1.719 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (70,83% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

17.2. Tabela nº 14: Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 a 2013.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera às estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 127 famílias em situação de extrema pobreza.

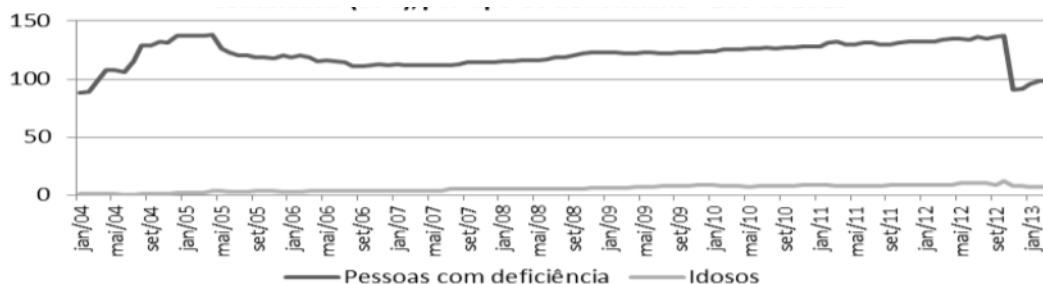
18. Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

18.1. Tabela nº 15: Evolução da quantidade de beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário – 2004 a 2013.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 08 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

18.2. Tabela nº 16: Atendimento no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – 2012.

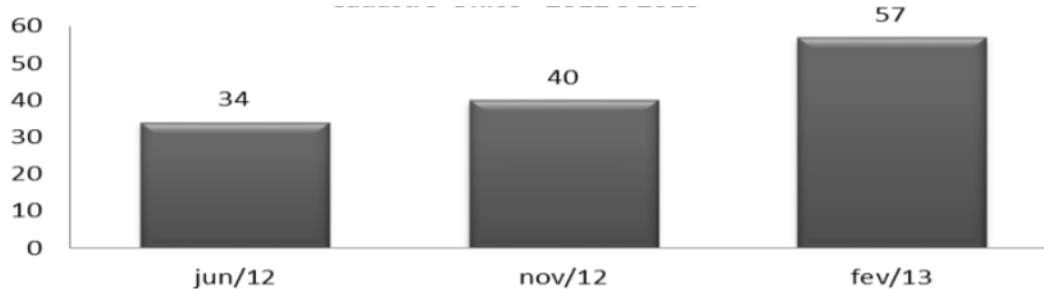


Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

19. Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 100 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

19.1. Tabela nº 17: Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único – 2012 e 2013.



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

19.2. Tabela nº 18: Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município - 2012



Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

20. Saúde

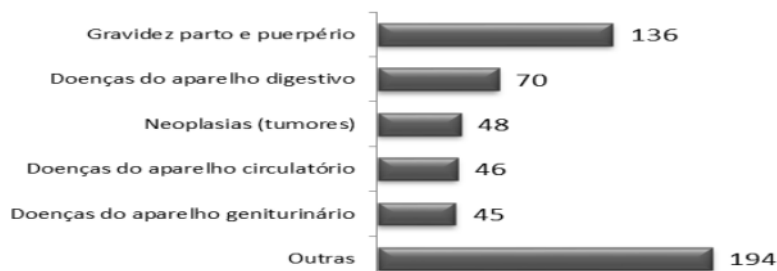
Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 1 (uma) criança, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 608 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 13,13 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

20.1. Tabela nº19: Distribuição das principais causas de morbidade hospitalar do município – 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 09 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015

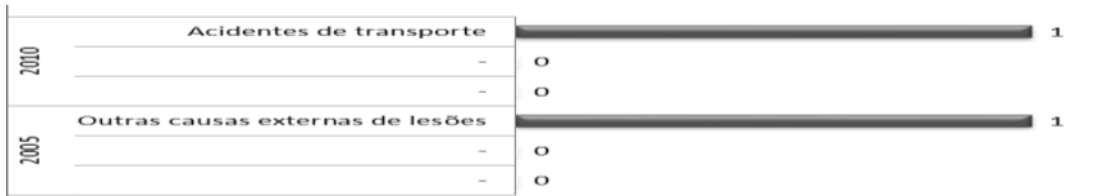


Fonte: Ministério da Saúde (MS)

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 3.244 indivíduos, sendo que 15 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:

20.2. Tabela nº 20: Distribuição das 3 (três) principais causas externas de óbito, por tipo de causa – 2005 e 2010.



Fonte: Ministério da Saúde (MS)

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 99,3% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 64,8% dos domicílios particulares permanentes e 4,2% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

20.3. Tabela nº 21: Percentual de domicílio da área urbana com acesso à rede de abastecimento de água, à coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado -2010.



Fonte: IBGE

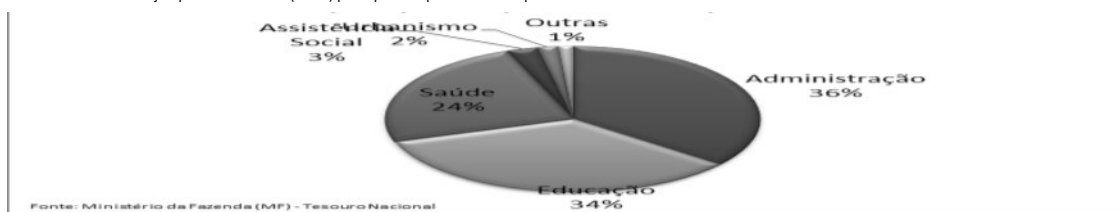
21. Aspectos de Gestão Municipal

21.1. Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 6,5 milhões em 2005 para R\$ 11,8 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 81,1% no período ou 16,00% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 6,54% em 2005 para 2,52% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 15,25% para 15,78%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 38,45% da receita orçamentária em 2005 para 50,45% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 31,35% em 2011.

21.2. Tabela 21: Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011.



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) - Tesouro Nacional

Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

As despesas com administração, educação, saúde, legislativa e urbanismo foram responsáveis por 97,49% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,55% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 5,18%.

22. Recursos Humanos

A Administração Municipal conta com 647 servidores, entre os quais 39,3% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.

22.1. Tabela nº 21: Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo- 2015

Estatutários	368
CLT	0
Estagiário	36
Comissionado	112
Sem vínculo Permanente	78

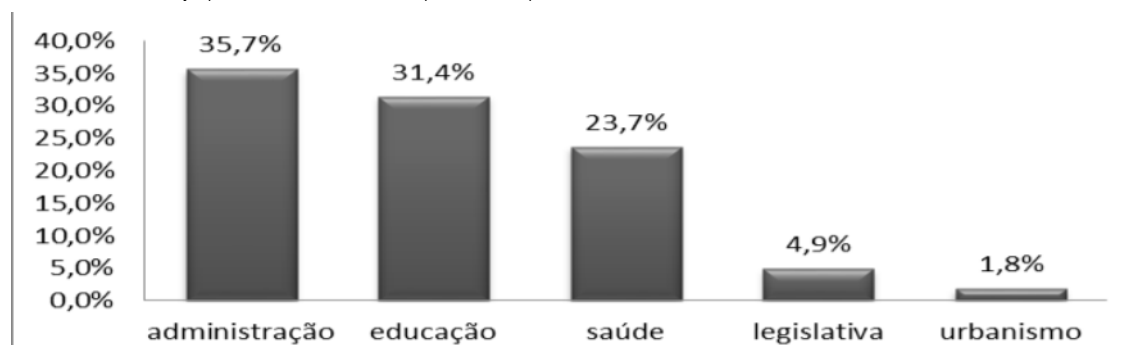
Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 10 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



22.2. Tabela nº 22: distribuição percentual das cinco maiores despesas do município



Fonte: Tesouro Nacional

As despesas com administração, educação, saúde, legislativa e urbanismo foram responsáveis por 97,49% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,55% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 5,18%.

23. Tabela 23. Evolução do IDH-M:

IDH-M	EVOLUÇÃO	RENDA	EVOLUÇÃO	LONGEVIDADE	EVOLUÇÃO	EDUCAÇÃO	EVOLUÇÃO
1991	0,336	1991	0,410	1991	0,536	1991	0,173
2000	0,445	2000	0,487	2000	0,668	2000	0,270
2010	0,606	2010	0,565	2010	0,763	2010	0,516

Fonte: IBGE

O IDH-M nos últimos 3 (três) anos feitos pelo o IBGE tem mostrado uma evolução positiva, pois o município tem melhorado em todos os requisitos.

De 1991 a 2010 a expectativa de vida e a renda per capita da população de Passa e Fica/RN só tem aumentado, isso é fruto da aplicação de políticas públicas em conjunto com a União.

24. Educação

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 30,0%. Na área urbana, a taxa era de 28,6% e na zona rural era de 32,1%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 11,9%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

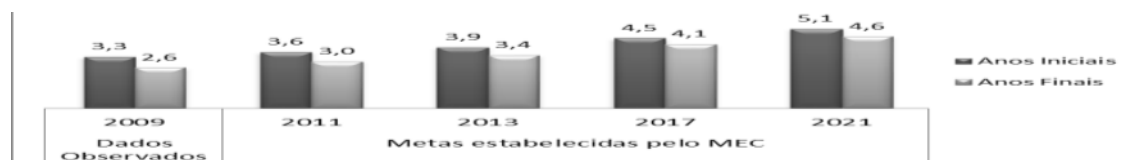
24.1. Tabela nº 24: Quantidade de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária 2015.

0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos
288	435	1.116

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

24.2. Tabela nº 25: Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2009 a 2021.

Foram calculadas, também, metas para o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



Fonte: Ministério da Educação (MEC)

24.3. Tabela nº 26: IDHM da Educação

	1991	2000	2010
% de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo	9,50	15,96	30,80
% de 5 a 6 anos na escola	62,58	81,83	98,14
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	19,65	32,23	83,14
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	6,11	22,26	54,86
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,90	4,40	30,49

Fonte: IBGE

Assim com os demais itens do IDHM, o da educação também tem mostrado uma boa evolução nos anos.

24.4. Tabela nº 27: Escolas da educação infantil por dependência administrativa – 2015

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural
		Nº	Nº	Nº
Estadual	00	00	00	00
Municipal	09	04	05	00
Privada	02	02	00	00
Total	11	06	05	00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

As instituições que oferecem a Educação Infantil no município de Passa e Fica, são em sua maioria municipal, sendo 04 (quatro) na zona urbana e 03 (três) na zona rural. Quando se trata de instituição privada só existe 01 (uma).

24.5. Tabela nº 28: Crianças que frequenta a escola.

Situação	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos
Frequenta a escola	288	435	1.116
Total: 1.839			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 11 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Apesar de avançar com vagas na educação infantil existe no município crianças fora da escola na faixa etária de 0 (zero) a 3 (anos) de idade.

As estruturas das instituições que oferecem a educação infantil no município bem como o serviço prestado são boas e com perspectivas de melhorar cada vez mais para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem.

24.6. Tabela nº30: Escolas do Ensino Fundamental por dependência administrativa – 2015.

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural	
		Nº	%	Nº	%
Estadual	01	01	100	00	00
Municipal	10	05	50	05	50
Privada	01	01	100	00	00
Total	12	07	58,33	05	41,67

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

São 11 instituições que oferecem o Ensino Fundamental, sendo 09 (nove) municipais, 01 (uma) estadual e uma privada. Na zona rural temos 05 (cinco) municipais as demais são na zona urbana.

24.7. Tabela nº 31: Escolas do Ensino Médio por dependência administrativa – 2015.

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural	
		Nº	%	Nº	%
Estadual	01	01	100	00	00
Municipal	00	00	00	00	00
Privada	01	01	100	00	00
Total	02	02	100	00	00

<http://www.inep.gov.br/>

As escolas com o Ensino Médio são apenas 02 (duas), sendo 01 (uma) pública e 01 (uma) privada, todas na zona urbana.

24.8. Tabela nº 32: População que frequenta e não frequenta a escola

Situação	15 a 17 anos no Ensino Médio
Frequenta a escola	474
Não frequenta a escola	135

<http://www.foradaescolanaopode.org.br>

A população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos do município de Passa e Fica, quase todos estão na escola, contudo ainda existe uma demanda que precisa ser atendida.

24.9. Tabela Nº 33: Infraestrutura das escolas públicas:

Quantidade de Escolas	18
Escolas que fornecem alimentação	(18 escolas)
Escolas que fornecem água filtrada	(18 escolas)
Água via rede pública	(18 escolas)
Energia via rede pública	(18 escolas)
Esgoto via rede pública	(18 escolas)
Coleta de lixo periódica	(18 escolas)
Biblioteca	(4 escolas)
Cozinha	(18 escolas)
Laboratório de informática	(5 escolas)
Laboratório de ciências	(0 nenhuma)
Quadra de esportes	(3 nenhuma)
Sala para leitura	(14 escolas)
Sala para a diretoria	(14 escolas)
Sala para os professores	(5 escolas)
Sala para atendimento especial	(2 escolas)
Sanitário dentro do prédio da escola	(18 escolas)
Sanitário fora do prédio da escola	(0 nenhuma)
Aparelho de DVD	(18 escolas)
Impressora	(10 escolas)
Antena parabólica	(3 escolas)
Máquina copiadora	(1 escolas)
Retroprojeter	(4 escolas)
Televisão	(18 escolas)
Internet	(7 escolas)
Banda larga	(0 escolas)
Computadores uso dos alunos	52 equipamentos
Computadores uso administrativo	16 equipamentos
Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	(18 escolas)
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	(18 escolas)
Escolas com organização por ciclos	0% (0 nenhuma)

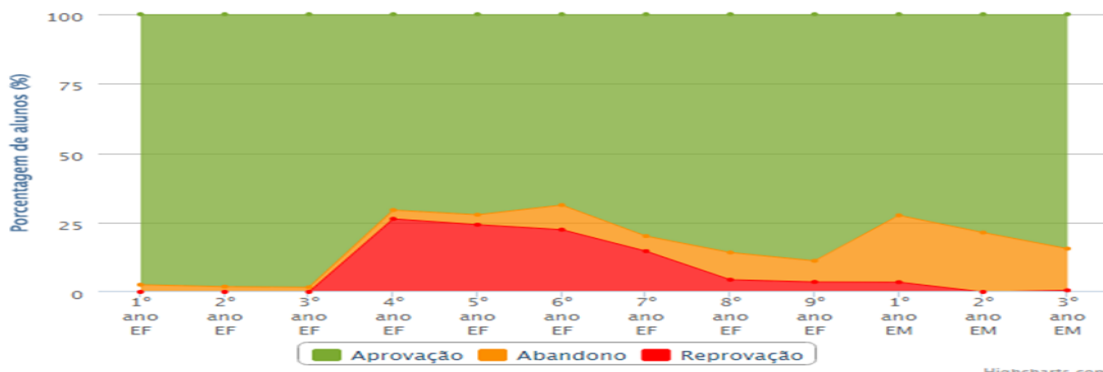
Fonte: Secretaria Municipal de Educação

As escolas públicas do município de Passa e Fica, possuem uma boa qualidade de infraestrutura, bem como dispõe de acervo de equipamentos e instrumentos diversos, que possibilita aos docentes a execução de suas atividades com qualidade.

24.10. Taxa de Rendimento por Etapa Escolar

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 12 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Fonte: <http://www.qedu.org>.

No Brasil, a criança deve ingressar no primeiro ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo na escola até o nono ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade.

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

A escola pública é um dos lugares sociais em que ocorre a apropriação de saberes construídos, sistematizados e acumulados pela humanidade, a partir de uma proposta de formação humana. A presença de alunos no ambiente escolar, durante a trajetória de escolarização, pressupõe que eles desenvolvam suas capacidades intelectuais, que aprendam a se socializar com os pares de maneira afetiva, ética, e que se tornem sujeitos autônomos e críticos. Quando frequenta a escola, no percurso de um ano letivo, cada aluno é exposto a processos de ensino e aprendizagem, a partir de um conjunto de objetivos e atividades pedagógicas que são avaliadas na dinâmica da sala de aula. Ao participar deste processo, ao final do ano, ele pode ser aprovado ou reprovado, de acordo com objetivos de aprendizagem que podem ou não ter sido desenvolvidos. Além destas duas situações, por motivos distintos, o aluno pode abandonar a escola.

A soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano em curso, geram as taxas de rendimento escolar de cada instituição. A compreensão dos indicadores destas taxas é importante porque se relacionam diretamente a outros dois conceitos – a “evasão escolar” e a “distorção idade-série”. Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

Neste contexto, de evasão, de abandono e de reprovação gerar outro desafio para o município: minimizar as taxas de rendimentos escolares. Pois acima de 5% indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço nos índices citados, já acima de 15%. A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

25- METAS A SEREM ALCANÇADAS PELO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA-RN NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

25.1. Meta 1. Educação Infantil

Dados levantados:

→ Percentual da população de 0 (zero) a 3 (três) anos que frequenta a escola: 25,8%

→ Percentual da população de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos que frequenta a escola: 100%

Fonte: IBGE

Secretaria Municipal de Educação Passa e Fica

Secretaria Municipal de Saúde de Passa e Fica

Meta de Passa e Fica: Assegurar a universalização do atendimento até 2016, às crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- 1.1. Adequar e/ou construir prédios de instituições de Educação infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal, de acordo com padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos em norma;
- 1.2. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.3. Realizar, anualmente, em colaboração com outras Secretarias do município, levantamento do número de crianças de até 03 (três) anos de idade, para conforme a demanda, programar o atendimento em creches no ano subsequente;
- 1.4. Ofertar progressivamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, a educação infantil em tempo integral em toda rede pública municipal de ensino;
- 1.5. Assegurar a participação das famílias de baixa renda, que mantenham as crianças matriculadas na educação infantil, nos programas sociais vinculados ao Poder Público Municipal;
- 1.6. Incentivar a formação continuada dos profissionais da educação infantil, de maneira que gradativamente o atendimento seja feito por profissionais com formação mínima em nível superior;
- 1.7. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso dos alunos de 06 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.8. Incentivar formas de participação da comunidade escolar nas instituições de atendimento à educação infantil, a fim de tornar a gestão participativa, bem como manter a transparência na aplicação dos recursos destinados às escolas através dos diversos programas.

25.2. Meta 2. Ensino Fundamental de 09 anos

Dados levantados

→ Percentual da população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos que frequenta a escola: 100%

→ Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído: 60%

Fonte: IBGE

Secretaria Municipal de Educação Passa e Fica

Meta de Passa e Fica: Universalizar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

- 2.1. Garantir padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares com espaços que possuam boa ventilação, iluminação, condições sanitárias adequadas e acessibilidade.
- 2.2. Reduzir, em até 70% (setenta) por cento, durante a vigência desse Plano Municipal número de evasão e repetência no Ensino Fundamental;
- 2.3. Promover e fortalecer ações, que propiciem a integração escola, família e comunidade;
- 2.4. Garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos matriculados nesta etapa de ensino que sejam oriundos de famílias de baixa renda, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.5. Realizar a busca ativa de crianças e adolescentes que estejam fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6. Adirer a programas de tecnologias pedagógicas que combine, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;
- 2.7. Incentivar a formação continuada dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental;
- 2.8. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.9. Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades;
- 2.10. Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 2.11. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do esporte educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.
- 2.12. Estruturar formas de participação da comunidade escolar nas instituições de atendimento ao Ensino Fundamental, a fim de tornar a gestão participativa, bem como manter a transparência na aplicação dos recursos destinados às escolas através dos diversos programas.

25.3. Meta 3. Ensino Médio

Dados levantados

→ Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola: 77,8%

→ Taxa líquida de matrícula no ensino médio: 41,0%

Fonte: IBGE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 13 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Meta de Passa e Fica: Acompanhar, colaborar e incentivar a aplicação das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação do RN para o município de Passa e Fica.

Estratégias:

- 3.1. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, que estejam fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.2. Colaborar na construção de documento, de acordo com a realidade local, visando à redução da defasagem de aprendizagem dos alunos oriundos do Ensino Fundamental;
- 3.3. Estimular o ingresso e permanência dos alunos egressos do Ensino Fundamental no Ensino Médio.
- 3.4. Participar das ações de mobilização promovidas pela SEEC/RN para expansão e desenvolvimento do Ensino Médio no município de Passa e Fica.

25.4. Meta 4. Educação Especial Inclusiva

Dados levantados

→ Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola: 87,8%.

Fonte: IBGE

Meta de Passa e Fica: Universalizar o acesso ao ensino para todos os cidadãos do município de Passa e Fica com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- 4.1. Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;
- 4.2. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- 4.3. Implantar em convênio com a União, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e estimular a formação continuada dos profissionais docentes para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;
- 4.4. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- 4.5. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.6. Divulgar no município as pesquisas nacionais voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.7. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;
- 4.8. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

25.5. Meta 5. Alfabetizar crianças em idade escolar regular

Dados levantados

→ Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental: 61,5%

Fonte: IBGE

Meta de Passa e Fica: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

- 5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos docentes alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2. Fomentar no município os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3. Fomentar o uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.4. Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna;
- 5.5. Estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;
- 5.6. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- 5.7. Continuar com a formação continuada dos/as professores/as do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental para dar suporte pedagógico em suas práticas em sala de aula. Quando essa formação for feita sem cooperação da União não haverá a bolsa financeira para os envolvidos.

25.6. Meta 6. Educação em Tempo Integral

Meta de Passa e Fica: Oferecer em cooperação com a União a educação em tempo integral, gradativamente, durante a vigência desse Plano Municipal nas escolas públicas.

Dados levantados

→ Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares: 100%

→ Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares: 75%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Passa e Fica

Estratégias:

- 6.1. Buscar, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.2. Adequar e/ou construir, em regime de colaboração, prédios para atendimento a educação de tempo integral;
- 6.3. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.4. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

25.7. Meta 7. IDEB

25.7.1. Último IDEB observado

	IDEB Observado
	2013
Iniciais do Ensino Fundamental	3,6
Finais do Ensino Fundamental	3,3

Meta de Passa e Fica: Promover o desenvolvimento de qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o Ideb:

	METAS DO IDEB MUNICIPAL			
	2015	2017	2019	2021
Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	4,5	4,8	5,1
Finais do Ensino Fundamental	3,8	4,1	4,3	4,6

Estratégias:

- 7.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada etapa da educação básica, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- 7.2. Estimular ações visando QUE:
 - a) no último ano de vigência deste PME, todos os alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, ou pelo menos, o nível desejável;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 14 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



- 7.3. Aderir e seguir, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;
- 7.4. Orientar as políticas da rede e municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional;
- 7.5. Garantir transporte gratuito para todos estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, que não tenha acesso à matrícula na comunidade onde moram, mediante padronização da frota de veículos, de acordo com a norma legal específica.
- 7.6. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.7. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria de educação do Município;
- 7.8. Promover políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.9. Usar e adequar os currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;
- 7.10. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.11. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.12. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.13. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecárias e bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadoras e mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.14. Aderir, ao programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;
- 7.15. Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

25.8. Meta 8. Elevação da escolaridade da população de 18 a 29 anos

Dados levantados

→Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade: 08 anos de estudos.

→Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural: 07 anos de estudos

→Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais desfavorecidos economicamente: 06 anos de estudos

Meta de Passa e Fica: Elevar a escolaridade média da população compreendida entre 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do município e dos 25% (vinte e cinco por cento) desfavorecidos economicamente.

Estratégias:

- 8.1. Seguir os programas e as tecnologias em colaboração com os demais entes federados para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- 8.2. Implementar em colaboração com outras instituições, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3. Orientar e encaminhar para o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do Ensino Fundamental;
- 8.4. Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.5. Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

25.9. Meta 9. Alfabetização de adultos

Dados levantados

→Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade: 67,6%

→Percentual da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos iniciais do ensino fundamental: 44,7%

Fonte: IBGE

Meta de Passa e Fica: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 70% (setenta por cento) até o final de 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 35% (trinta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- 9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental;
- 9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3. Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;
- 9.5. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de combate ao analfabetismo, possibilitando acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

25.10. Meta 10. EJA integrado à Educação Profissional- Ensino Fundamental

Dados levantados

→Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integral à educação profissional: 0,0%

Meta de Passa e Fica: Assegurar até o final da vigência desse Plano, regime de colaboração, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no Ensino Fundamental, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

- 10.1. Manter em colaboração com o Estado e União programas de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 10.2. Expandir em regime de colaboração as matrículas na educação de jovens e adultos;
- 10.3. Aderir ao sistema de integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.4. Aderir e executar a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação

25.11. Meta 11. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Dados levantados

→Número de alunos do município de Passa e Fica, matriculados em estabelecimentos de ensino de Educação profissional: 50 alunos.

Meta de Passa e Fica: Estimular o ingresso de alunos oriundos do ensino fundamental da rede pública de ensino de Passa e Fica a estabelecimentos de ensino técnicos de nível médio.

Estratégias:

- 11.1. Disponibilizar materiais de acesso a dados acerca da educação técnica profissionalizante;
- 11.2. Estimular aulas de campo com destino a instituições técnicas, para que os alunos das últimas séries do ensino fundamental possam conhecer o universo daquelas instituições.

25.12. Meta 12. Ensino Superior

→Quantidade de pessoas cursando o ensino superior do município: 122

Meta Passa e Fica: Estimular o ingresso de jovens em cursos de nível superior.

Estratégias:

- 12.1. Disponibilizar materiais de acesso a dados acerca de cursos de nível superior;
- 12.2. Divulgar no âmbito municipal os critérios para ingresso em instituições de nível superior.
- 12.3. Oferecer por meio de regime de colaboração junto aos demais entes da Federação, oficinas que possibilitem o norteamento acerca de aptidões profissionais para os estudantes do Ensino Médio.

25.13. Meta 13. Qualidade do Ensino Superior

OBS: Essa meta é de inteira responsabilidade das Universidades e Faculdades.

Meta de Passa e Fica: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- 13.1. Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 13.2. Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;
- 13.3. Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 15 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



- 13.4. Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;
- 13.5. Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;
- 13.6. Substituir o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação;
- 13.7. Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 13.8. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;
- 13.9. Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior;

25.14. Meta 14. Pós-Graduação: titulação anual

Meta de Passa e Fica: Estimular o ingresso permanente a cursos de especialização.

Estratégias:

14.1. Pactuar, sempre que disponibilizado pelo Estado ou União, convênios que viabilizem o ingresso em instituições que atuem em formação;

25.15. Meta 15. Formação inicial de professores

25.15.1. Tabela nº34 : Quantidade de professores só com o Magistério.

Quantidade de professores com ensino médio (Magistério).	Percentual de professores com graduação a atingir até o fim de vigência deste PME.
01	100%

Meta de Passa e Fica: executar as políticas públicas, em regime de colaboração entre a União, no prazo de vigência do PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estimulando para que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área e modalidade de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- 15.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;
- 15.2. Seguir os programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;
- 15.3. Incentivar as matrículas na plataforma eletrônica em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação;
- 15.4. Aderir aos programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo;
- 15.5. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;
- 15.6. Aderir e incentivar a participação em cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;
- 15.7. Fomentar a participação nas ofertas em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

25.16. Meta 16. Formação continuada de professores

Meta de Passa e Fica: Fomentar a formação continuada dos profissionais que atuam na área educacional, durante de vigência deste PME.

Estratégias:

- 16.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada de acordo com as necessidades surgidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem;
- 16.2. Incentivar formação continuada de professores a partir de Programas subsidiados pela União.

25.17. Meta 17. Valorização salarial dos docentes.

Meta de Passa e Fica: Manter os professores que fazem parte da rede municipal de ensino recebendo no mínimo, o Piso Nacional salarial da categoria.

Estratégias:

- 17.1. Atualizar a cada 03 (três) anos, o plano de Carreira dos professores da rede municipal de ensino, de maneira a garantir seus direitos.
- 17.2. Atualizar o Plano de Cargo e Carreira dos Profissionais do Magistério em 2017.

25.18. Meta 18. Plano de Carreira para os Profissionais da educação

Meta Passa e Fica: Construir colaboração com os profissionais da educação e do sindicato dos mesmos, até Julho de 2017, o plano de Carreira dos demais servidores da educação de Passa e Fica.

Estratégias:

- 18.1. Fomentar reuniões de estudo e acompanhamento para elaboração do Plano;
- 18.2. Apresentação do Plano para a categoria profissional, para que os termos sejam analisados e discutidos, para posteriormente ser enviado para a Câmara Municipal de vereadores.

25.19. Meta 19: gestão democrática

Meta Passa e Fica: Assegurar a discussão, para que em 2017, seja implantada a Gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.

Estratégias:

- 19.1. Executar os programas para implementação e apoio aos conselhos municipais: de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar, conselhos escolares, dentre outros;
- 19.2. Incentivar, a constituição de Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;
- 19.3. Estimular, em toda a rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais;
- 19.4. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- 19.5. Estimular a participação dos profissionais da educação, bem como de toda a comunidade escolar, na formulação dos projetos político-pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar e registros escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
- 19.6. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
- 19.7. Seguir os programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

25.20. Meta 20. Percentual de investido em Educação

Meta Passa e Fica: Manter e se possível ampliar em cooperação com a União investimento público em educação pública de forma a atingir no mínimo o percentual estabelecido em norma legal para a Educação.

25.20.1. Tabela nº35 Recursos do município na Educação:

Receitas (R\$)	Perspectivas de investimentos na educação a cada ano de 2015 à 2025 em percentuais.	Outras receitas	Perspectivas de investimentos na educação a cada ano de 2015 à 2025 em percentuais.
	%		%
FPM	De 20% a 25%	ICMSc/p	De 20% a 25%
ITR	De 20 a 25%	IPVAc/p	De 20% a 25%
IOF		ITR/c/p	
LC87/96	De 20% a 25%	IPTU/c/p	De 20% a 25%
CIDE	De 20% a 25%	IPI	
FUNDEB	100%		

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



PÁGINA 16 PASSA E FICA, SEXTA FEIRA 03 DE JULHO DE 2015



Estratégias:

20.1. Acompanhar todas as normativas legais expedidas, afim de garantir a aplicação do mínimo constitucional na área de Educação, buscando interligação com os órgãos de controle interno e externo, afim de garantir a transparência na utilização dos recursos públicos. .

26- Do acompanhamento do PME nos próximos 10 anos:

O acompanhamento da execução do PME será feito pelo Conselho Municipal de Educação durante a vigência de ambos, o mesmo fará anualmente um fórum para acompanhar a execução do PME.

27- Referenciais:

Diálogo sobre a gestão municipal: passo a passo do Plano Municipal de Educação. Coordenação editorial Sonia Dias, Tatiana BelloDjrdrjan. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2014. (Melhoria da educação no município);

Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/TEM;

Relação Anual de Informações Sociais/TEM;

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

SEBRAE;

Ministério da Saúde;

Fonte: Ministério da Fazenda/ Tesouro Nacional;

Secretaria Municipal de Educação;

www.sidra.ibge.gov.br;

www.mec.gov.br;

ideb.inep.gov.br;

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA – EXPEDIENTE

CIRCULA ÀS TERÇAS, QUARTAS, QUINTAS, SEXTAS OU EM EDIÇÕES EXTRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA - PMPF

PEDRO AUGUSTO LISBOA - PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAS E CONTROLE INTERNO

JAILSON FLORIANO DO NASCIMENTO - SECRETÁRIO

COMISSÃO GESTORA DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA

JAILSON FLORIANO DO NASCIMENTO - PRESIDENTE

IONALDO BALBINO - MEMBRO

IVANILDO SOLANO - MEMBRO